



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

Ubá/MG - www.camarauba.mg.gov.br - Ano V - nº 74 - 31 de outubro de 2011

Distribuição Gratuita

Impresso
Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá



Poderees Legislativo e Executivo entregam Títulos de Cidadania Honorária e Comenda José Francisco Parma



A Sessão Solene aconteceu no dia 15/10 e contou com a presença de várias autoridades do Município

No dia 15/10, em sessão solene, os poderes Legislativo e Executivo de Ubá entregaram a ilustres personalidades dez Títulos de Cidadania Honorária Ubaense e a Comenda José Francisco Parma.

Os agraciados com a cidadania honorária são: Dr. Amaury Teixeira Machado, Sr. Antônio Mendonça Condé, Sr.ª Delfina de Paula da Silva, Prof. Evandro Albuquerque de Andrade, Dr. Guilherme Guilhermino Júnior, Sr. João Pereira dos Santos, Dr. José Romão Filho, Prof.ª Neuza Menezes Mariosa, Sr.ª Odete Meireles de Arruda e Sr. Paulo Lucareli.

Já a Comenda José Francisco Parma foi entregue ao empresário Paulo Roberto Paschoalino, representado pelo Sr. Almeida, da Paropas.

A Presidente da Câmara, vereadora Rosângela Alfenas cumprimentou os agraciados, "todos amplamente merecedores das honrarias recebidas", disse.

Pág 03

Mais Legislativo

Câmara devolve R\$ 1 milhão aos cofres públicos municipais



Serviços de comunicação motivam proposições

Pág 02



Vereadores recebem respostas da Secretaria Municipal de Saúde

Pág 02



Legislativo cria Programa Câmara Cidadã

Pág 03



Vereadores discutem situação dos funcionários da D&L com o Executivo

Pág 04



Câmara recebe em plenário o superintendente da Supram - Zona da Mata

Pág 06

Recentemente, o município de Ubá foi destaque no jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, que comparou os gastos de diversas Câmaras mineiras. Segundo o jornal, a média de gastos per capita das Câmaras de Vereadores Mineiras é de R\$ 61, enquanto em Ubá, que tem hoje 102 mil habitantes, é de apenas R\$ 20.

O orçamento anual da Câmara de Ubá, aprovado em 2010 para o ano de 2011 foi de R\$ 3.618.000,00. Até o mês de outubro foram repassadas pelo Poder Executivo dez parcelas de R\$ 301.500,00, valor referente ao duodécimo ao qual a Câmara tem direito, totalizando R\$ 3.015.000,00. As despesas mensais da Casa, entre folha de pagamento, manutenção das atividades

inerentes ao Legislativo, somam cerca de R\$ 190 mil.

Devido à economia realizada nos dez primeiros meses do ano, o Legislativo ubaense devolveu,

em sessão informal realizada em seu plenário no dia 24/10, a quantia de R\$ 1 milhão aos cofres públicos da cidade.

Pág 05



Vereadores entregam cheque simbólico de R\$ 1 milhão ao Prefeito no dia 24/10

Serviços de comunicação motivam proposições

Internet
Duas representações que objetivam melhorar os serviços de comunicação em Ubá foram apresentadas pelo vereador Vinícius Samôr (PT) na reunião ordinária do dia 03/10 e aprovadas por unanimidade. Na primeira, de número 75/11, o edil solicitou o envio de correspondência à empresa de telefonia Oi/Telemar para que seja ampliado o serviço Oi Velox da cidade até o Bairro Pires da Luz. De acordo com o vereador, os moradores dos bairros Fazendinha, Cohab e Pires da Luz vêm tentando há muitos anos possuir acesso à internet pelo Oi Velox, mas os serviços de internet disponíveis atualmente nesses bairros são apenas a discada ou via rádio, o que encarece o acesso e impede a inclusão digital. Vinícius informou que, segundo os moradores, a empresa não presta o serviço devido à necessidade de troca dos cabos de telefone para suportar a rede. “Assim” – concluiu Vinícius – “solicitamos da empresa que providencie a troca destes cabos, tendo em vista o grande número de interessados por este serviço na região”.

A outra representação de Vinícius Samôr é a de nº 76/11, em que o edil pede o envio de correspondência ao Ministério das Comunicações solicitando a inserção da cidade de Ubá no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ele explicou que o PNBL é uma iniciativa do Governo Federal e objetiva oferecer internet rápida em larga escala, para todo o País, até 2014. Segundo o vereador, desde o mês de setembro, seis operadoras iniciaram a oferta da conexão de 1 Mbps (megabit por segundo) a R\$ 35,00 mensais e com tarifas sociais de R\$ 9,90 para a população de baixa renda. Vinícius enfatizou que levar a internet banda larga às comunidades e bairros onde este serviço não é prestado significa propiciar as condições de conhecimento digital sem exclusão de locais. “A inclusão digital promove a cidadania e abre possibilidades de crescimento e formação pessoal e comunitária e por isso solicitamos a inserção de nossa cidade nesta iniciativa de levar tal inclusão para todo o interior do País”, concluiu o vereador.

Telefonia fixa
Com relação ao serviço de telefonia fixa, mais precisamente no Distrito de Ubari, o vereador Dalmo Coelho (PT) solicitou, na Representação nº 77/11, aprovada por unanimidade em 10/10, o envio de correspondência à Oi/Telemar para que sejam realizados estudos visando ampliar a Central de Canais Telefônicos no referido distrito. De acordo com o vereador, a central de Ubari foi instalada há bastante tempo, com base na demanda da época, muito menor que a de hoje. Ele explicou que atualmente os canais do local encontram-se frequentemente congestionados e por isso, para dar mais suporte e melhorar as condições de utilização deste serviço pelos moradores do distrito, é necessária tal ampliação. A proposição de Dalmo foi apresentada pelo vereador após o recebimento de um ofício encaminhado à Câmara pelo Representante de Relações Institucionais da Oi, Marcos Borges. A correspondência responde à solicitação do vereador, datada de 05/09, na qual ele pede que a empresa realize reparos nas linhas de telefones fixos de Ubari, devido aos sucessivos problemas que deixam a população local, por várias vezes, sem acesso a este importante meio de comunicação. No mencionado ofício, a Oi informou alguns critérios para o atendimento ao Serviço de Telefone Fixo Comutado (STFC) previstos no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 4769/2003. Segundo a Oi, o PGMU determina que localidades com mais de cem habitantes devam dispor de pelo menos um Telefone de Uso Público (TUP) instalado em local acessível vinte e quatro horas por dia, com capacidade de originar chamadas de longa distância nacional e internacional. Já localidades com mais de trezentos habitantes deverão ser atendidas com o serviço de Telefonia Fixa para acessos individuais das classes residencial, não residencial e tronco. A empresa informou, ainda, que está em conformidade com o PGMU, sendo que o Distrito de Ubari é atendido com 83 terminais fixos, sendo 6 TUP's, e o município de Ubá é atendido com 545 TUP's. O Representante de Relações Institucionais da Oi também informou à Câmara que a empresa “realizou visitas técnicas no distrito e em todo o município para reparos nas linhas telefônicas e TUP's e os mesmos encontram-se em perfeito funcionamento”, concluiu.



Os autores das proposições, vereadores Vinícius Samôr e Dalmo Coelho.

Câmara Municipal de Ubá Expediente

Mesa diretora - Biênio 2011/2012	O Legislativo
Presidente: Rosângela Maria Alfenas de Andrade (PSDB) rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br	Jornalista Responsável: Gisele Caires Fernandes (JP 11.863/MG) giselecaires@camarauba.mg.gov.br
1º Vice - Presidente: Paulo César Raymundo (DEM) paulo.pc@camarauba.mg.gov.br	Redação, Edição e Diagramação: Gisele Caires Fernandes (JP 11.863/MG)
1º Secretário: Carlos da Silva Rufato (PSDB) carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br	Revisão: Norma Sueli Pereira Nascimento norma.legislativo@camarauba.mg.gov.br
2º Secretário: Luiz Alberto Gravina (PMDB) lagravina@camarauba.mg.gov.br	Fotos: Martim A. C. Barbosa
Diretora Geral: Maria Letícia M. Maciel leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br	Projeto Gráfico: Martim A. C. Barbosa
Assessoria Jurídica: Cristiana Janaína B. J. dos Santos (OAB/MG 110.021) cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br	Impressão: Ideale Empresa Gráfica Ltda. ME (Gráfica Impacto) CNPJ: 08.380.555/0001-18
Assessoria de Comunicação Martim A. C. Barbosa (JP 10.040/MG) imprensa@camarauba.mg.gov.br	Tiragem: 2000 exemplares Quinzenal
Endereço: Rua Santa Cruz, 301 Ubá - Minas Gerais	E-mail: jornalismo@camarauba.mg.gov.br
Telefone: (32)3539-5000 (PABX)	Site: www.camarauba.mg.gov.br
	Twitter: www.twitter.com/camara_uba

Vereadores recebem respostas da Secretaria Municipal de Saúde

No mês de setembro, os vereadores encaminharam várias correspondências à Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações e sugerindo melhorias na área. A Câmara recebeu neste mês de outubro algumas respostas do Secretário respectivo, Claudio Ponciano. O vereador Maurício Valadão (PTB) sugeriu através da Indicação nº 213/11, de 12/09, a implantação em Ubá do programa “Remédio em Casa”. A Secretaria informou que, nas áreas de cobertura da Estratégia da Saúde da Família (ESF), os medicamentos são entregues durante as visitas domiciliares para usuários com dificuldades de deslocamento. Segundo Claudio Ponciano, “faz parte da rotina da ESF realizar grupos educativos com portadores de doenças ou condição referida, onde os usuários recebem educação em saúde, acompanhamento e entrega de medicamentos, mantendo assim o vínculo com a equipe.” Outra proposta do vereador Maurício Valadão, apresentada na Indicação nº 232/11, foi sugerir à Prefeitura que, junto

com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), introduzisse na área de saúde uma rede informatizada interligando a SMS, Policlínica Regional e as Unidades Básicas de Saúde. A respectiva Secretaria informou que se encontra em aberto um processo licitatório para aquisição de software destinado ao fim proposto. Já o vereador Jorge Gervásio (PV), na Indicação nº 200/11, solicitou o envio de correspondência ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde para que estes, na forma legal, promovessem a transferência ou mesmo a compra de novos veículos para uso exclusivo dos Postos da ESF. Na ocasião, Jorge explicou que muitas vezes os pacientes precisam ser removidos para outros lugares para tratamentos mais específicos e adequados e tal remoção não é feita de forma eficaz, por falta de condições de transporte destes usuários do Sistema Único de Saúde. Quanto a isso, Ponciano esclareceu que os veículos destinados às Equipes de Saúde da Família, conforme determinação da Secretaria

Estadual de Saúde, são de uso exclusivo das equipes e não é permitido o transporte de usuários, o que é de responsabilidade do setor de Transportes Assistenciais. Também de autoria do vereador Jorge Gervásio, o Requerimento nº 164/11, direcionado aos mesmos agentes, solicitava a urgente contratação de mais médicos para atenderem nos Postos da ESF do município. O Secretário de Saúde informou que as Equipes de Saúde da Família são compostas pelo número de componentes determinado pelo Ministério da Saúde. “O ocorrido na Unidade de Saúde citada” – explicou Claudio Ponciano, referindo-se à agressão de servidores mencionada por Jorge no texto da proposição – “relaciona-se ao fato de o usuário exigir um procedimento que não é realizado nas Unidades de Atenção Primária à Saúde do município e sim em ambiente hospitalar, o que não caracteriza falta do profissional médico”, concluiu o Secretário.

Destaque

Podere Legislativo e Executivo entregam Títulos de Cidadania Honorária e Comenda

No dia 15/10, em sessão solene, os poderes Legislativo e Executivo de Ubá entregaram a ilustres personalidades nove Títulos de Cidadania Honorária Ubaense e a Comenda José Francisco Parma. Os agraciados com a cidadania honorária são: Sr. Antônio Mendonça Condé (1), Sr.^a Delfina de Paula da Silva (2), Prof. Evandro Albuquerque de Andrade (3), Dr. Guilherme

Guilhermino Júnior (4), Sr. João Pereira dos Santos (5), Dr. José Romão Filho (6), Prof.^a Neuza Menezes Mariosa (7), Sr.^a Odete Meireles de Arruda (8) e Sr. Paulo Lucareli (9).

Já a Comenda José Francisco Parma foi entregue ao empresário Paulo Roberto Paschoalino, representado pelo Sr. Almeida, da Paropas (10).

A Presidente da Câmara,

vereadora Rosângela Alfenas cumprimentou os agraciados, “todos amplamente merecedores das honrarias recebidas dos Poderes Constituídos do Município de Ubá, sendo este um sinal claro do reconhecimento da Comunidade Ubaense pelas relevantes contribuições prestadas em prol do desenvolvimento de nosso Município”, disse.



Vereadores e outras autoridades prestigiaram os homenageados



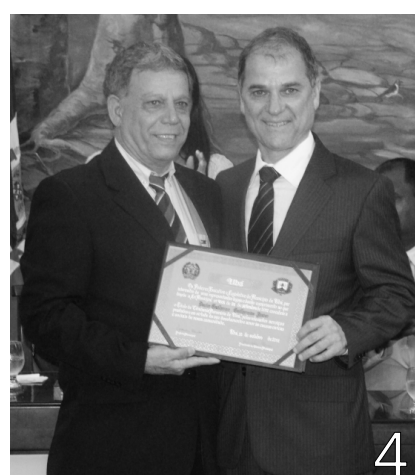
1



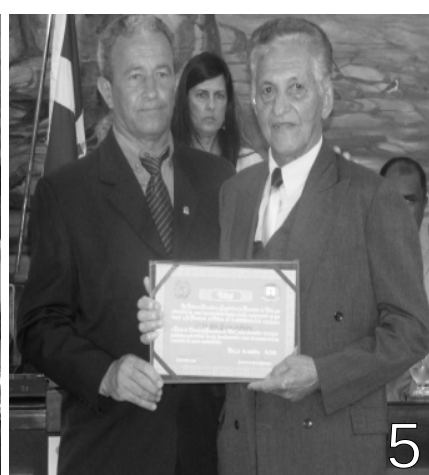
2



3



4



5



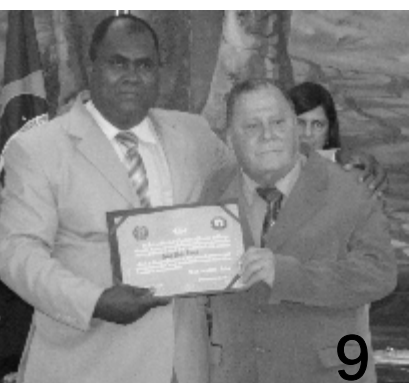
6



7



8



9



10

Legislativo cria Programa Câmara Cidadã

Os vereadores aprovaram em 10/10 o Projeto de Resolução nº 01/11, que “Cria o Programa Câmara Cidadã no Município de Ubá”, de autoria do vereador José Roberto Reis Filgueiras (PT) (foto). O autor justificou na apresentação da matéria que formar lideranças, criar novos rumos para a política, exercer a democracia e criar espaços para a população obter informações é, sem dúvida, uma atividade

parlamentar.

O Programa Câmara Cidadã irá sugerir debates e trocas de informações, visando esclarecer várias dúvidas dos ubaenses. Uma das idéias, segundo o autor, é usar o espaço da Câmara Cidadã para ouvir especialistas em diversas áreas, aprender com entidades sociais, conselhos municipais, associações de moradores, e colaborar com debates para a formação de uma

sociedade mais participativa.

Além de contribuir com o desenvolvimento cultural e político da cidade, “o programa estará combatendo o abuso de poder daqueles que obtêm a informação e exploram os que não a tem, sendo que o seu objetivo é incentivar as práticas de boas políticas e contribuir cada vez mais com o fortalecimento da democracia e dos movimentos sociais”, concluiu José Roberto.

A proposta é que a realização do Programa Câmara Cidadã seja incluída do calendário de eventos do Município de Ubá e que a abertura da semana do programa seja nos moldes das sessões solenes do Legislativo. A definição da data, organização, divulgação e local de realização do Câmara Cidadã ficarão a cargo da Mesa Diretora da Casa.



Notas

Iluminação pública

Em 03/10 o vereador José Roberto Reis Filgueiras (PT) apresentou a Indicação nº 240/11 na qual solicita ao Prefeito que interceda junto à Energisa para que a empresa instale duas luminárias na Praça Rosalina Maria Nunes Pereira, do Bairro Altair Rocha.

Já o vereador Darci Pires da Silva (PSC) pediu na Indicação nº 244/11, de 10/10, que o Executivo solicite à Energisa a substituição de todas as lâmpadas queimadas da Avenida Pe. Arnaldo Jansen, até o trevo de acesso à Comunidade da Barrinha, a pedido dos moradores.

Ambas as indicações foram aprovadas por unanimidade.

Homenagem à Escola Estadual Barão do Rio Branco, de Ubari

O vereador Dalmo Coelho (PT) apresentou em 10/10 a Moção de Congratulações e Aplausos nº 79/11, homenageando os professores e a direção da Escola Estadual Barão do Rio Branco, do Distrito de Ubari, pelo brilhante trabalho desenvolvido. A moção foi assinada e aprovada por todos os vereadores.

120 anos da Igreja Metodista em Ubá

A Moção de Congratulações e Aplausos nº 76/11, de autoria do vereador Jorge Gervásio (PV), assinada e aprovada pelos demais vereadores em 03/10, homenageou a Igreja Metodista de Ubá pelo transcurso de 120 anos de sua criação e funcionamento na cidade. “Embora não se possa definir com exatidão a data da chegada do metodismo em Ubá, o aniversário da referida igreja geralmente é comemorado no mês de outubro, que para os metodistas ubaenses é um mês de grande significado histórico”, explicou o vereador.

Vereadores discutem situação dos funcionários da D&L com o Executivo

Em atendimento ao Requerimento nº 179/11, do vereador Jorge Gervásio (PV), a Câmara recebeu em seu plenário o Secretário Municipal de Administração, Agenor Sereno Neto, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades em obrigações trabalhistas da empresa D&L, concessionária da Prefeitura Municipal.



O vereador Jorge (foto) pediu informações sobre o prejuízo que os funcionários da D&L estão tendo devido à falta de salários e depósito de encargos trabalhistas. Segundo o Secretário, em outubro de 2009 o contrato da Adserve, empresa anterior à D&L, e que apresentou as mesmas irregularidades que a atual, foi feito após a devida licitação, vencida em 2009 para o ano de 2010 pela empresa D&L, de São Caetano do Sul (SP).

Sereno afirmou que durante um ano a D&L portou-se de acordo com todas as normas exigidas, tanto que a Prefeitura recebeu da Câmara, assinada por todos os vereadores, uma Moção de Aplausos por sua contratação. No entanto, quando o contrato dela terminou em 2010, não foi prorrogado. Foi feita novamente uma licitação e ela venceu em 2010.

O Secretário fez questão de contestar uma “lenda” sempre disseminada pelas empresas que trabalham para a administração pública: a de que “a prefeitura não repassou os recursos”. No contrato há uma cláusula em que é dito que primeiro ela tem que pagar aos servidores e depois receber da prefeitura. Ou seja, a empresa tem que ter caixa. O segundo ano de contrato iniciou-se sem que tivesse havido qualquer problema. De acordo com Sereno, em fevereiro deste ano alguns funcionários reclamaram que os uniformes ainda não haviam sido repassados. A Prefeitura notificou a empresa com uma advertência sobre a distribuição dos uniformes. Em abril o Executivo recebeu as primeiras reclamações sobre o não depósito do FGTS dos

funcionários, embora a empresa apresentasse todos os meses a Certidão Negativa de Débito (CND) emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF) como comprovante de regularidade da empresa.

Então, explicou Sereno, a Prefeitura pediu aos servidores que retirassem seu extrato do FGTS e foram vistos depósitos até o ano de 2010. Em 2011, nenhum depósito. Em 13/5/2011, o poder Executivo enviou correspondência à CEF mostrando a incongruência entre os extratos e as CNDs apresentadas mensalmente pela D&L. Segundo o Secretário, “a resposta veio em 10/8 dizendo que realmente a empresa não estava depositando o FGTS”.

Ainda em maio, o Secretário disse que a Prefeitura recebeu também denúncias em relação à falta de recolhimento do INSS. “E enviamos correspondência à Receita Federal – Agência Ubá, que nos respondeu em 8/10 ter enviado a solicitação à Juiz de Fora, que por sua vez enviou-a à Receita Federal de Santo André, jurisdição da D&L”, informou Sereno.

Em 8 de julho, enquanto aguardava respostas da CEF e da Receita Federal, o Poder Executivo multou a empresa pelo não pagamento de salário até o 5º dia útil, dadas as reclamações dos servidores também sobre este ponto. A D&L recorreu alegando que deveria ter sido avisada antes de ser multada. O recurso foi acatado pela Prefeitura, que fez a notificação anulando a multa e outra notificação de aviso.

Em agosto, conforme Sereno, o Executivo pediu à empresa cópia dos depósitos de FGTS e INSS de cada funcionário, pois, “para nossa surpresa, ficamos sabendo que nem a CEF, nem a Receita exigem este comprovante das empresas para fornecer a CND, bastando a declaração do empregador, por isso é que todos os meses ela nos apresentava a Certidão Negativa de Débito”, declarou o Secretário.

Passaram-se os 15 dias de prazo e, segundo o Secretário, a Prefeitura e não recebeu resposta. Então aplicou uma multa e a declarou sem condição de licitar com a Prefeitura por 1 ano. “Neste período aconteceu um fato mais grave: quando vimos o surgimento de tantos problemas, resolvemos investigar por conta própria uma apólice de seguro que havia sido apresentada à Prefeitura como

caução no valor de 5% do contrato, caso ocorresse alguma dificuldade da empresa e descobrimos que esta apólice foi emitida em outubro por uma seguradora que havia falido em março”, afirmou Sereno.

E continuou: “Mas até aí, ainda daria para a Prefeitura continuar repassando o salário dos funcionários à D&L para que fizesse os pagamentos, porém em 29 de setembro recebemos do escritório de advocacia contratado pela D&L uma correspondência informando que, de fato, a empresa não havia recolhido nem o FGTS, nem o INSS à CEF e à Receita. Ou seja, houve uma confissão de crime. A partir desta admissão a Prefeitura não pôde mais repassar o salário dos funcionários. A confissão inviabilizou o repasse. Por dois meses nós repassamos os salários, para não prejudicar os funcionários, mas a confissão de crime impede o repasse.”

Após esses fatos, de acordo com o Secretário, a Prefeitura está orientando aos funcionários para que entrem com ações na Justiça, pois agora só ela pode determinar à Prefeitura que proceda ao repasse. “No entanto, sabemos o ritmo da Justiça e que a decisão não sairá de hoje para amanhã. Ou seja, a confissão da D&L prejudicou não a ela, mas aos funcionários. Quanto à apólice de seguro, os advogados responderam que a D&L não tinha conhecimento da falência da seguradora quando fizeram a apólice”, contou Sereno.

A Presidente da Câmara, vereadora Rosângela Alfenas, mostrou-se perplexa com a situação. O Secretário diz que também para ele foi um susto saber da emissão da CND pela Caixa. E que a Receita Federal disse que eles tinham meios de burlar a fiscalização: “eles pagam uma GFIP (Guia de recolhimento do FGTS e INSS) com 300 servidores e depois mandam uma com apenas cinco, substituindo aquela”, momento em que Sereno afirmou ter dito: “mas vocês estão muito vulneráveis! É por isso que todo mês nós tínhamos a Certidão Negativa de Débito.”

Sereno contou inclusive que quando estavam analisando com o Departamento Jurídico as penalidades que iriam imputar à empresa, o advogado da prefeitura disse que com a apresentação da CND eles poderiam invalidar a multa. Agora só não podem fazê-lo

porque confessaram a culpa por meio de seus advogados, criando o impasse do pagamento dos salários.



Agenor Sereno Neto, Secretário Municipal de Administração

O Secretário disse que o contrato com a D&L tem um custo mensal de 500 mil reais, sendo que 250 mil são para a folha de pagamento. Nos últimos meses, dadas as circunstâncias, a Prefeitura só pagou à D&L o valor dos salários. Mas neste mês nem isso é possível fazer, a não ser com ordem da Justiça.

Dr. Valadão (PTB) perguntou quantos funcionários a D&L tem em Ubá e se eles estão sem receber. O Secretário disse que são 365 funcionários e neste mês eles estão sem receber, com a orientação de reivindicarem seus direitos judicialmente. Sereno informou também a partir de 1º de novembro outra empresa terá a concessão, pois o contrato com a D&L, que venceria em 31/10 foi rescindido em 3/10.

O Secretário disse que a empresa contratada se chama Atran II, de Juiz de Fora, e que ele fez questão de conversar com o gestor da mesma enfatizando que o contrato está muito mais rigoroso que o anterior. E concluiu: “As empresas daqui para a frente terão que pagar dois meses de salários sem repasse da Prefeitura, terão que ter caixa. Exigimos abertura de conta em banco local, só será feito o pagamento 30 dias após comprovação do recolhimento. Como se viu que a CND não é confiável, no novo contrato estamos exigindo mensalmente a listagem de depósitos de todos os servidores, ou seja estamos nos prevenindo o mais possível. A empresa sabe, preenche os requisitos dentro do que manda a lei, e tem um capital social de 7 milhões, o que indica razoável solidez. O que posso dizer é que, se fiquei no pé da D&L mensalmente, agora ficarei semanalmente.”

Câmara devolve R\$ 1 milhão aos cofres públicos municipais

Recentemente, o município de Ubá foi destaque no jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, que comparou os gastos de diversas Câmaras mineiras. Segundo o jornal, a média de gastos per capita das Câmaras de Vereadores Mineiras é de R\$ 61, enquanto em Ubá, que tem hoje 102 mil habitantes, é de apenas R\$ 20. O orçamento anual da Câmara de Ubá, aprovado em 2010 para o ano de 2011 foi de R\$ 3.618.000,00. Até o mês de outubro foram repassadas pelo Poder Executivo dez parcelas de R\$ 301.500,00, valor referente ao duodécimo ao qual a Câmara tem direito,

totalizando R\$ 3.015.000,00. As despesas mensais da Casa, entre folha de pagamento, manutenção das atividades inerentes ao Legislativo, somam cerca de R\$ 190 mil. Devido à economia realizada nos dez primeiros meses do ano, o Legislativo ubaense devolveu, em sessão informal realizada em seu plenário no dia 24/10, a quantia de R\$ 1 milhão aos cofres públicos da cidade. Legalmente, todos os recursos financeiros que sobram devem ser devolvidos até o dia 31 de dezembro de cada ano. Porém, se a devolução é antecipada, o dinheiro pode ser aplicado antes e se reverter em melhorias para

a população. A Presidente da Câmara, vereadora Rosângela Alfenas (PSDB) afirmou que a Câmara Municipal de Ubá economiza em tudo: inclusive, e principalmente, em diárias, viagens e assessores. Ao entregar o cheque simbólico ao Prefeito Vadinho Baião (PT), Rosângela disse ter certeza de que o dinheiro será muito bem aplicado pelo Poder Executivo em benefício dos ubaenses. Quando recebeu o cheque, o Prefeito agradeceu a honrosa atitude dos vereadores, principalmente da Mesa Diretora, representada pela Presidente, e cumprimentou a

todos. “A Câmara de Ubá é um exemplo para todo o país. Economizar e devolver tal percentual do orçamento, sem prejudicar em nada as ações e a produção do Poder Legislativo, prova que se trata de uma Casa que respeita o dinheiro público. Ubá, através do seu Poder Legislativo, está dando ao Brasil um grande exemplo de austeridade e zelo com o dinheiro público”, declarou Vadinho Baião. Por fim, o Prefeito enfatizou para os vereadores que tais recursos serão devidamente aplicados em obras e outras benefícios para os ubaenses.



Mesa Diretora e demais vereadores da Câmara Municipal de Ubá entregam cheque simbólico de R\$ 1 milhão ao Prefeito no dia 24/10



Acompanhe as reuniões
da Câmara Municipal de Ubá

Segundas-Feiras às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br

jornalismo@camarauba.mg.gov.br

@camara_uba

Notas

Saúde em Ubari

O vereador Dalmo Coelho (PT) apresentou duas proposições no dia 03/10 solicitando melhorias no atendimento na área da saúde para o Distrito de Ubari. Na Representação nº 74/11, o edil solicitou o envio de correspondência ao Deputado Federal Padre João para que ele forneça o devido apoio, na forma legal, para a aquisição de uma ambulância destinada a atender a população de Ubari. Segundo Dalmo, a comunidade é carente deste serviço nas situações em que os moradores precisam de atendimento especializado e urgente. Já no Requerimento nº 188/11, destinado ao Poder Executivo, o vereador Dalmo pediu que mais Técnicos de Enfermagem atendam no distrito. Ele explicou que atualmente o Posto de Saúde de Ubari conta com apenas uma profissional da área, deixando necessitados muitos cidadãos quando esta se ausenta. As proposições foram aprovadas por unanimidade.

Limpeza urbana

Através da Indicação nº 236/11, o vereador Darci Pires da Silva (PSC) solicitou ao prefeito a realização de coleta de lixo na Rua Bruxelas, a pedido dos moradores. Já o vereador José Roberto Reis Filgueiras (PT) pediu na Indicação nº 239/11, que a Prefeitura notifique os proprietários de lotes sem área construída, no Bairro Altair Rocha, para que tomem providências quanto ao desleixo de suas propriedades. De acordo com o vereador, “o descaso observado traz como consequência o acúmulo de sujeira, mato alto, surgimento de insetos, ratos, cobras e vetores da dengue, e muitos transtornos são sentidos pela população”. As proposições foram aprovadas por unanimidade em 03/10.

Estacionamento próximo ao Velório Municipal

O vereador Jorge Gervásio (PV) reiterou em 10/10 um requerimento do vereador Carlos Rufato (PSDB) solicitando ao Prefeito que determine à empresa responsável a retirada do serviço “Faixa Azul” das proximidades do Velório Municipal de Ubá com o objetivo de evitar transtornos às famílias que estiverem no local. O Requerimento nº 196/11, do vereador Jorge, foi aprovado por unanimidade.

Câmara recebe em plenário o superintendente da Supram - Zona da Mata

Por solicitação do vereador Maurício Valadão (PTB), constante no Requerimento nº 108/11, a Câmara recebeu durante a reunião ordinária do dia 03/10, o Superintendente da Supram - Zona da Mata (Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, situada em Ubá), Leonardo Sorbliny Schuchter. Maurício Valadão solicitou do convidado informações sobre a autorização do prolongamento da Avenida Beira Rio, ligando a Avenida Ex-Combatentes e a Avenida Padre Arnaldo Jansen, no Bairro Dico Teixeira, negada na gestão municipal anterior, e que, segundo o vereador, provocou um assoreamento maior no Rio Ubá. Ele destacou também a dificuldade de relacionamento com a Supram e pediu informações sobre sua atuação em geral.



O autor da proposta, vereador Maurício Valadão

O Superintendente afirmou que espera estar inaugurando uma nova fase de relacionamento entre a Supram, o Executivo e o

Legislativo ubaenses. Ele também fez uma apresentação sobre a atuação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Superintendência na região, com base nas legislações federal e estadual, sobretudo no que tange à regularização de empreendimentos, licenciamento ambiental e gestão de recursos hídricos. Quanto à obra mencionada pelo vereador, Leonardo informou que a construção da pista exigiu a regularização ambiental, não para a obra em si, mas para a intervenção na Área de Preservação Permanente (APP). Mesmo sendo considerada de utilidade pública, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), em princípio não autorizou a intervenção. No entanto, com a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, a regularização foi feita e a obra autorizada.

O vereador Maurício Valadão comentou sobre os aborrecimentos trazidos aos pequenos produtores rurais quando do cadastramento de mananciais, barragens e fontes de água das propriedades. Segundo Maurício Valadão, os servidores da Semad foram autoritários, o processo de regularização era de difícil entendimento para os produtores e os custos muito altos.

Leonardo Sorbliny explicou que

a partir da Constituição de 88, a água deixou de ser um bem privado. Hoje, a água é um bem público, daí a necessidade de cadastramento de todas as propriedades que tenham fontes de água. Em 2008, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) tomou a iniciativa de promover a campanha "Água – Faça uso legal", que realizou o cadastramento das propriedades rurais com prazo de 2 anos para a regularização.

Segundo o Superintendente, os procedimentos eram simples e de baixo custo (cerca de 22 reais). Já para o processo de outorga e reserva legal, de fato os processos eram mais onerosos por serem mais complexos, mas para a maioria dos produtores a justificativa do custo não se sustenta. Por isso, práticas abusivas e pessoas que se aproveitam da pouca informação dos produtores devem ser denunciadas e a Supram deve ser procurada para fornecer as orientações necessárias.

Maurício Valadão quis saber também sobre a prisão de um diretor do IEF, há dois anos, então candidato a deputado e acusado de receber propinas. Leonardo disse que sabia apenas o que havia sido noticiado à época, uma vez que o trabalho da Supram diz respeito apenas a regularização e licenciamento ambiental.

Já o vereador Vinícius Samôr



O Superintendente da Supram - Zona da Mata, Leonardo Sorbliny Schuchter

(PT) perguntou se havia denúncias na Supram sobre o pólo moveleiro. O Superintendente respondeu que todas as informações sobre as indústrias moveleiras são fornecidas pelos próprios empresários, mas havendo denúncias sobre poluição de água, os procedimentos investigativos são acionados. O vereador Maurício Valadão indagou sobre a legalidade do uso de tratores para construção de aceiros, dadas as queimadas anuais que ameaçam propriedades.

O Superintendente informou que em área comum, que não seja de preservação permanente,

não há problema. Fragmentos florestais é que não podem ser atingidos sem análise e autorização prévia.

Por fim, o vereador Paulo César Raymundo (DEM) quis saber se o poder público "tem algum privilégio sobre a iniciativa privada", uma vez que o município teve autorização para construir um aterro sanitário em local com minas d'água.

De acordo com Leonardo Sorbliny, sempre que as obras são de utilidade pública e interesse social a autorização é dada, desde que se realizem medidas mitigadoras e compensatórias de possíveis danos ao ambiente.

Vereador pede mais cursos para pólo do IFET-Ubá

No início deste mês de outubro Ubá conquistou um importante meio para a qualificação técnica de jovens e da mão de obra do município: um pólo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFET/Sudeste) foi criado na cidade.



Na Representação nº 80/11, o vereador Vinícius Samôr (PT) (foto) enfatizou que, com tal criação, o município ganha a oportunidade de gerar qualificação profissional gratuita para centenas de jovens e

trabalhadores. De acordo com o vereador, atualmente estão abertas as inscrições para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, e ele solicitou que a ampliação da oferta de cursos, sobretudo destinados aos setores moveleiro e de confecção, que tanto necessitam de profissionais qualificados.

Vinícius Samôr explicou que "em uma rápida pesquisa constatamos que existem diversas vagas ociosas nas empresas destes setores, não ocupadas por falta de profissionais capacitados". E concluiu lamentando que "alguns empresários buscam esta qualificação em profissionais de Belo Horizonte e até mesmo São Paulo, enquanto poderíamos ter estes profissionais formados em nossa cidade".

A proposição foi aprovada por unanimidade durante a reunião ordinária do dia 10/10.



No dia 10/10 o vereador Maurício Valadão (PTB) (1) apresentou a Representação nº 79/11, aprovada por unanimidade, na qual solicitou ao 21º BPMMG a instalação de um Posto Policial no Distrito de Diamante. Segundo o vereador, solicitação idêntica foi feita pela Câmara em 2010, considerando o grande fluxo de pessoas entre o distrito e a vizinha cidade de

Instalação de postos policiais em distritos na pauta da Câmara

Rodeiro, devido ao crescente número de fábricas no local, além da posição geográfica de Diamante, que faz divisa com vários municípios da região. Dr Valadão ainda citou um assalto com óbito e feridos, inclusive policiais, ocorrido recentemente em Rodeiro e cujos autores possivelmente teriam passado por Diamante.



No entanto, no dia 03/10 a Câmara recebeu um ofício do 21º BPMMG que responde à solicitação do vereador Dalmo Coelho (PT) (2) para que seja

instalado um posto policial no Distrito de Ubari. O Comandante do Batalhão, Ten. Cel. PM Carlos José Bratiliere, informou que "os recursos materiais e humanos hoje existentes nos municípios são os possíveis dentro de uma realidade conjuntural que o nosso Estado atravessa e no momento não é possível a criação de um posto policial no referido distrito".

Contudo, o 21º BPMMG relatou que mantém patrulhamento nos distritos e realiza operações visando tranquilizar a população local e buscar integração com a comunidade, criando um canal que visa identificar fatores e elementos que contribuem para a criminalidade, de forma a tornar a ação da Polícia Militar mais eficaz e capaz de inibir a ação de pessoas nocivas à sociedade.

Atas

Resumo da Ata nº 112, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 26 de setembro de 2011. Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata de nº 111 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se à leitura de proposições dos Srs. Vereadores: Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Representação 070/11, às Empresas de Telefonia Vivo e Claro, solicitando estudos com o intuito de instalar torres para a prestação de seus serviços nos Bairro Pires da Luz e Ligação. Vereador Dalmo José Coelho: 1) Indicação 225/11, ao Prefeito, indicando-lhe a necessidade de desvincular o Torneio Leiteiro de Ubari de outras festividades, bem como realizá-lo sempre no mês de abril; 2) Requerimento 178/11, ao Prefeito, solicitando a construção de um Poço Artesiano no Distrito de Ubari, reiterando a Indicação 222/09, bem como o Requerimento 184/09; 3) Requerimento 181/11, ao Prefeito, solicitando asfaltamento no trecho que liga o Bairro Pires da Luz ao Distrito de Miragaia, reiterando o Requerimento 118/09, bem como o Requerimento 007/09; 4) Moção de Congratulações e Aplausos 072/09, ao casal Dodora e José Teotônio, pelo transcurso de suas Bodas de Ouro, celebradas no último dia 24 de setembro. Vereador Darci Pires da Silva: 1) Indicação 226/11, ao Prefeito, solicitando calçamento para a Rua José Paulino Carioca, de aproximadamente 60 metros, no Bairro Peluso, a pedido dos moradores; 2) Indicação 227/11, ao Prefeito, solicitando a construção de redes para captação de águas pluviais na Avenida Manoel Casal, Bairro Vila Casal, a pedido dos moradores. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Indicação 228/11, ao Prefeito, solicitando containers de lixo para o Bairro Mangueira Rural; 2) Indicação 229/11, ao Prefeito, solicitando calçamento da Rua Wilson Campos, Bairro Mangueira Rural, de aproximadamente 100 metros, a pedido dos moradores; 3) Requerimento 184/11, ao Prefeito, solicitando informações e providências ante a paralisação da obra de redes de captação de águas no Bairro Mangueira Rural. Vereador Luiz Alberto Gravina: 1) Indicação 230/11, ao Prefeito, solicitando a construção de uma passarela para travessia de pedestres em alto relevo em frente à Drograria Carla, na Rua Cel. Carlos Brandão, Centro; 2) Indicação 231/11, ao Prefeito, solicitando a construção de uma passarela para travessia de pedestres em alto relevo em frente ao número 138 da Rua José Campomizzi, Centro; 3) Representação 071/11, à Empresa OI/TELEMAR, solicitando a instalação de um Telefone Público (Orelhão) ao lado da Empresa DIMETAL, para a comunidade do Campo de Viação. Vereador Mauricio Valadão Reimão de Melo: 1) Indicação 232/11, ao Prefeito, solicitando que introduza na área da saúde, uma rede informatizada ligando a Secretaria Municipal de Saúde, Policlínica Regional e as Unidades Básicas de Saúde, sistema conhecido como SIGA SAÚDE; 2) Requerimento 185/11, ao Prefeito, solicitando informações referentes ao Ofício 814 TR-MI/SECEX, enviado à Câmara pelo Ministério da Integração Nacional referente ao Repasse de R\$ 1.100.000,00 para a realização de diversas obras no município; 3) Representação 072/11, ao Prefeito, protestando contra o salário dos médicos previsto no Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ubá. Vereador Paulo

César Raymundo: 1) Indicação 233/11, ao prefeito, solicitando um quebra-molas bem como uma faixa para travessia de pedestres, respectivamente, 30 metros antes e em frente à Escola Municipal Governador Ozanan Coelho, na Praça Francisco Parma, Bairro Industrial (Coparma). Vereador Vinícius Samôr de Lacerda: 1) Requerimento 186/11, ao Prefeito, solicitando o envio à Câmara de um Projeto de Lei, visando proibir o tráfego de caminhões pesados no centro de Ubá; 2) Requerimento 187/11, à Mesa Diretora, solicitando a realização de uma Audiência Pública com a presença de autoridades da área, para discutir o Plano de Gestão dos Serviços de Abastecimento de água Potável e Esgotamento Sanitário do Município de Ubá. Passa-se a Ordem do Dia: Discussão e votação final da seguinte matéria: 1) Projeto de Lei nº 052/11 que “Revoga as Leis Municipais 1.661, de 13 de junho de 1985 e 1.731, de 15 de maio de 1986, que dispõem sobre a filiação do Município de Ubá na Associação dos Municípios da Microrregião da Zona da Mata Norte – AMMAN”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). Discussão e votação única das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 042/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Doutor José Romão Filho”; 2) Projeto de Lei nº 046/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Doutor Guilherme Guilhermino Júnior”; 3) Projeto de Lei nº 048/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, a Professora Neuza Menezes Mariosa”; 4) Projeto de Lei nº 050/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Senhor Paulo Lucareli”; 5) Projeto de Lei nº 051/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Senhor Antônio Mendonça Condé”; 6) Projeto de Lei nº 053/11 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Dr. Amaury Teixeira Machado”; 7) Projeto de Lei nº 047/11 que “Dispõe sobre a concessão da Comenda José Francisco Parma, ao Empresário Paulo Roberto Paschoalino”. Os sete Projetos de Lei foram aprovados por unanimidade (9 votos). Primeira discussão e votação da seguinte matéria: 1) Projeto de Lei nº 043/11 que “Institui no Município de Ubá o Serviço de Transporte Individual de Passageiros e o Serviço de Entrega de Mercadorias em Motocicletas e dá outras providências”. O vereador Carlos Rufato pede vista ao projeto. Ele pede também que o projeto seja encaminhado para parecer do IBAM. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da ordem do dia da próxima reunião ordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão.

Resumo da Ata nº 113, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 03 de outubro de 2011. Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata de nº 112 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se para a leitura de pareceres: 1) Leitura do Projeto de Lei que “dá nova redação ao Art. 2º da Lei Complementar nº 139/2011, de 31 de agosto de 2011.” O Projeto de Lei recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Passa-se à leitura de proposições dos Srs. Vereadores: Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Representação 073/11, ao Gerente de Operações Oeste da

Energisa, solicitando a retirada do poste de iluminação pública da propriedade que menciona, na Rodovia Ubá Guidoval, transferindo-o no sentido à Rodovia; 2) Moção de Pesar 073/11, pelo falecimento da Senhora Rosa Maria Martins Pereira, ocorrido recentemente. Vereador Dalmo José Coelho: 1) Indicação 234/11, ao Prefeito, solicitando asfaltamento do trecho que menciona, na Rua Transversal à Avenida Juscelino Kubitschek, sentido à Pedra Redonda, bem como a reforma da ponte lá existente, com a colocação de corrimãos para maior segurança; 2) Requerimento 188/11, ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando mais Técnicos de Enfermagem para o atendimento no Posto de Saúde do Distrito de Ubari; 3) Representação 074/11, ao Deputado Federal Padre João, solicitando apoio para aquisição de uma ambulância para atender o Distrito de Ubari, carente deste serviço. Vereador Darci Pires da Silva: 1) Indicação 235/11, ao Prefeito, solicitando complemento dos canteiros da Av. Senador Levindo Coelho; 2) Indicação 236/11, ao Prefeito, solicitando a realização da coleta de lixo na Rua Bruxelas, a pedido dos moradores; 3) Requerimento 189/11, ao Prefeito, solicitando a construção de rede de esgoto e calçamento para a Rua João Sperandio, numa extensão de 300 metros, reiterando a Indicação 209/11; 4) Moção de Pesar 074/11, pelo falecimento do Pastor Pedro Theodoro da Silva, ocorrido recentemente; 5) Moção de Congratulações e Aplausos 075/11, ao Pastor Pedro Rodrigues pelo transcurso de seu natalício. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Requerimento 190/11, ao Prefeito, solicitando informações sobre o valor doado pelo poder público e sobre a situação da entidade responsável pela realização da Primeira Parada Gay de Ubá; 2) Requerimento 191/11, à Mesa Diretora, solicitando a realização de Audiências Públicas nas comunidades do município, para discutir o Plano de Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário do Município de Ubá; 3) Requerimento 192/11, ao Prefeito, solicitando a relação dos Cargos Comissionados e das pessoas nomeadas para estes cargos, no Executivo Municipal. 4) Moção de Congratulações e Aplausos 076/11, à Igreja Metodista em Ubá, pelo transcurso de seus 120 anos de criação e funcionamento. Vereador José Roberto Reis Filgueiras: 1) Indicação 238/11, ao prefeito, solicitando a construção de dois quebra-molas na Rua José Campomizzi Filho, Bairro Altair Rocha; 2) Indicação 239/11, ao Prefeito, solicitando a notificação dos proprietários de terrenos sem área construída, para que tomem providências ante ao desleixo de suas propriedades, no Bairro Altair Rocha; 3) Indicação 240/11, ao Prefeito, para que interceda junto à ENERGISA, visando promover a colocação de duas luminárias na Praça Rosalina Maria Nunes Pereira, Bairro Altair Rocha; 4) Indicação 241/11, ao Prefeito, solicitando rampas de acesso nos locais que menciona, na Avenida Comendador Jacinto Soares de Souza Lima; 5) Indicação 242/11, ao Prefeito, solicitando a construção de uma calçada para pedestres na Avenida Dr. Ângelo Porto, com início no Bairro Palmeiras; 6) Indicação 243/11, ao Prefeito, solicitando a construção de uma Praça na Avenida

Dr. Ângelo Porto, com início no Bairro Palmeiras. Vereador Luiz Alberto Gravina: 1) Moção de Congratulações e Aplausos 077/11, ao Senhor Dr. Cléber Lima da Silva, pela brilhante trajetória de vida pública e relevantes serviços prestados. Vereador Vinícius Samôr de Lacerda: 1) Representação 075/11, ao Chefe do Subdistrito da OI/TELEMAR, solicitando a ampliação do serviço Oi Velox da cidade de Ubá até o Bairro Pires da Luz; 2) Representação 076/11, ao Ministério das Comunicações, solicitando a inserção da cidade de Ubá, no Plano Nacional de Banda Larga. Proposição Englobada - vários Vereadores: 1) Projeto de Resolução 002/2011, que “Dispõe sobre a criação da Comissão de Ética e do Decoro Parlamentar na Câmara Municipal de Ubá e dá outras providências”. Passa-se a Ordem do Dia: Primeira discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 043/11 que “Institui no Município de Ubá o Serviço de Transporte Individual de Passageiros e o Serviço de Entrega de Mercadorias em Motocicletas e dá outras providências”. A matéria se encontra com vista ao vereador Carlos da Silva Rufato. A palavra é concedida a ele que pede que a matéria seja sobrestada até a chegada do parecer do IBAM. 2) Projeto de Resolução nº 001/11 que “Cria o Programa Câmara Cidadã no Município de Ubá”. EMENDA: Altera a redação do Parágrafo Único do Art. 2º do presente Projeto de Resolução, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º (...) Parágrafo Único – O Programa será realizado em data a ser definida pela Mesa Diretora desta Casa de Leis. A Emenda e o Projeto de Resolução foram aprovados por unanimidade (9 votos). Com exceção do Requerimento 191/11 que foi retirado pelo autor, as demais proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da ordem do dia das próximas reuniões Ordinária e Extraordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão.

Resumo da Ata nº 114, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 10 de outubro de 2011. Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata de nº 113 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se para a leitura de pareceres: 1) Leitura do Projeto de Lei que “cria o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas, COMAD, e institui o Fundo Municipal Antidrogas FMAD e dá outras providências.” 2) Leitura do Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a transferir novos recursos financeiros neste exercício, à Sociedade Beneficente Anália Franco, e contém outras disposições.” Os dois Projetos de Lei receberam parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Passa-se à leitura de proposições dos Srs. Vereadores: Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Requerimento 193/11, ao Prefeito, solicitando quebra-molas em toda extensão da Avenida Olegário Maciel, Bairro Industrial, especialmente próximo ao cruzamento com a Rua José Gualberto de Melo, reiterando a Indicação 005/11; 2) Moção de Pesar 078/11, pelo recente falecimento da Senhora Amélia Ferreira da Silva. Vereador Dalmo José Coelho: 1) Representação 077/11, ao Gerente da OI/TELEMAR, solicitando a ampliação da Central de Canais Telefônicos do Distrito de Ubari; 2) Moção de Congratulações e Aplausos 079/11, aos Profissionais da Escola Estadual Barão do Rio Branco, do Distrito de Ubari, pelos brilhantes serviços prestados

junto àquela instituição de ensino. Vereador Darci Pires da Silva: 1) Indicação 237/11, ao Prefeito, solicitando o rompimento e a abertura necessários para dar sequência à Rua Altivo Romangnoli, até a Rua principal do Distrito de Miragaia; 2) Indicação 244/11, ao Prefeito, solicitando a interseção junto à ENERGISA, visando promover a troca de todas as lâmpadas queimadas da Avenida Padre Arnaldo Jancen, até o acesso à Barrinha. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Requerimento 195/11, ao Prefeito, solicitando informações acerca da paralisação das Obras da Praça Guido Marliere; 2) Requerimento 196/11, ao Prefeito, solicitando a retirada do serviço “Faixa Azul” das proximidades do Velório Municipal, reiterando parcialmente o Requerimento 079/11. Vereador José Roberto Reis Filgueiras: 1) Representação 078/11, ao Gerente Distrital da COPASA, solicitando informações sobre o consumo de água dos ubaenses. Vereador Mauricio Valadão Reimão de Melo: 1) Requerimento 197/11, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, convidando-o a Comparecer à Câmara a fim de debater sobre os critérios que a Secretaria tem adotado desde sua criação; 2) Representação 079/11, ao Comandante do 21º BPMMG, solicitando a abertura de um Posto Policial no Distrito de Diamante. Vereador Vinícius Samôr de Lacerda: 1) Indicação 245/11, ao Prefeito, solicitando uma faixa para travessia de pedestres em frente à nova sede do Posto de Saúde do Bairro São Domingos; 2) Representação 080/11 ao IFET/Sudeste – Rio Pomba – solicitando a ampliação de cursos semi-presenciais para a recém criada unidade do IFET em Ubá. Passa-se a Ordem do Dia: Discussão e votação final da seguinte matéria: 1) Projeto de Resolução nº 001/11 que “Cria o Programa Câmara Cidadã no Município de Ubá”. O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade (9 votos). Primeira discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 043/11 que “Institui no Município de Ubá o Serviço de Transporte Individual de Passageiros e o Serviço de Entrega de Mercadorias em Motocicletas e dá outras providências”. A matéria encontrava-se sobrestada a espera de um parecer do IBAM. Mediante o parecer recebido o vereador Carlos da Silva Rufato, com apoio de todos os demais vereadores, propõe uma EMENDA suprimindo o Art. 16 do presente Projeto. O vereador Paulo César pede vista ao projeto. 2) Projeto de Lei Complementar nº 009/11 que “Dá nova redação ao Art. 2º da Lei Complementar nº 139/2011, de 31 de agosto de 2011”. O Projeto foi aprovado por unanimidade (9 votos). Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da ordem do dia da próxima reunião Ordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão.

Resumo da Ata nº 115, da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 10 de outubro de 2011. Presentes todos os Senhores Vereadores. Passa-se a Ordem do Dia: Discussão e votação final da seguinte matéria: 1) Projeto de Lei Complementar nº 009/11 que “Dá nova redação ao Art. 2º da Lei Complementar nº 139/2011, de 31 de agosto de 2011”. O Projeto foi aprovado por unanimidade (9 votos). A Srª. presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão.

NO MÊS DE OUTUBRO
HOMENAGEAMOS DUAS DAS
PRINCIPAIS BASES
DE NOSSA SOCIEDADE:
AQUELES QUE SÃO O NOSSO
FUTURO E TAMBÉM OS
RESPONSÁVEIS POR
GARANTIR QUE HAVERÁ UM
FUTURO, ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO, ÉTICA E RESPEITO.

12 DE OUTUBRO,
DIA DAS CRIANÇAS
15 DE OUTUBRO,
DIA DO PROFESSOR



Câmara Municipal.
Aqui você participa do que é melhor para Ubá